



Anais da Assembléia

Nº 53

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 21 DE MAIO DE 1.981.

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 49ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1.981

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Ezequias Losso e Gabriel Sampaio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. ALBINO TICHEBIETER, ocorrido no último dia 18, nesta Capital.

O extinto, pessoa da mais alta respeitabilidade, pertencia a conceituada e tradicional família curitibana, tendo residido por muitos anos em Paranaguá, onde exerceu suas atividades no comércio local, tendo o seu desaparecimento causado geral consternação entre o vasto círculo de amizades que possuía, graças ao seu caráter íntegro e suas qualidades de homem honesto e trabalhador, virtudes que o tornaram credor da simpatia e admiração de todos aqueles que o conheceram.

Deixa viúva a Sra. Maria Kotzias Richebieter, filhos e netos.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada no seguinte endereço: Avenida Vicente Machado, 130 — Apto 11 — Curitiba.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1981.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ GAVIOLI, ocorrido ontem, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Presidência, a solicitação de licença, de acordo com o Art. 11, da Constituição do Estado do Paraná, capitulado no parágrafo segundo, para ausentar-se do País por 30 dias, a partir do dia 27 do corrente, a fim de cumprir atribuições representativas culturais no Exterior, em comitiva da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1981.

(a) RUBEN VALDUGA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER na forma regimental e nos termos do disposto no parágrafo segundo do Art. 11 da Constituição do Estado, lhe seja concedida licença pelo período de 30 (trinta) dias, de 26/5 a 26/6, a fim de desempenhar missão de caráter cultural junto à entidades especializadas no Japão.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1.981.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com o apoio do Plenário, REQUER a inserção em ata de um voto de congratulações ao Sr. GENÉSIO ALVES ROLIM, pela distinção com que foi agraciado pelo Clube dos Executivos como "Corretor Executivo-81" e contemplado com a Medalha de Ouro no setor de produção de seguros, na qualidade de pessoa física.

O contemplado fez jus ao prêmio, pois conseguiu uma produção ímpar, além de se dedicar ao setor de seguros de vida há 41 anos, e sempre soube honrar a profissão que exerce. A Câmara Municipal de Curitiba reconheceu os seus méritos, conferindo-lhe um voto de aplauso pela conquista que é honra para o homenageado e não deixa de ser uma distinção para o Paraná.

Requer outrossim, que da deliberação desta Casa seja dada ciência ao homenageado, ao Clube dos Executivos, Sucursal do Paraná, com sede à Rua XV de Novembro, 297, 11º andar, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1981.

(a) WILSON FORTES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Interior, que determine à TELEPAR prestar as seguintes informações:

1 — Existe determinação técnica que impede a TELEPAR usar o mesmo posteamto da COPEL para a rede telefônica?

Se existe, a partir de quando e em que consiste esta orientação?

2 — Se não existe, qual a razão do não aproveitamento da mesma rede, mas a existência de rede paralela, o que vem ocorrendo em muitas cidades?

Que da decisão comunique-se também o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e Secretário do Planejamento.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1981.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Parece não haver justificativa de ordem econômica para algumas redes que a TELEPAR vem construindo em paralelo com a rede da COPEL.

Ademais, como justificar que em muitos casos, tanto a COPEL como a TELEPAR servem-se do mesmo posteamento para suas redes e em alguns casos, como está ocorrendo em Clevelândia e muitos outros lugares, se constrói uma rede paralela, exclusivamente para os cabos telefônicos, que podiam ser estendidos na rede já existente.

Dai a necessidade de conhecer-se se é uma necessidade técnica, uma determinação meramente administrativa ou, data vênua, sobra de recursos para emoldurar as ruas com posteamento de ambos os lados, que além de comprometerem a estética urbana, são causas de acidentes e atrapalhos no trânsito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO que numerosas famílias haviam adquirido por compra, de lotes de terrenos, e nos mesmos edificaram suas modestas casas, na Planta Jardim das Nações, aprovada pela Prefeitura Municipal, no Bairro de Tatuquara, Curitiba;

CONSIDERANDO que os proprietários de ditos lotes de terrenos, surgiu uma empresa, Imobiliária Minas-Paraná Ltda., sediada nesta Capital, dizendo-se proprietária de área compreendida pela Planta Jardim das Nações;

CONSIDERANDO que essa imobiliária, gerida pelo Sr. DIONÍSIO BELLOTTI, usou inicialmente de toda sorte de subterfúgios, e agora, de crescentes ameaças, a fim de enxotar os legítimos proprietários, no intuito de apossar-se dos terrenos;

CONSIDERANDO que a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim das Nações, entidade legalmente constituída, tomou a defesa de seus lesados associados junto à Prefeitura Municipal, à Secretaria de Segurança Pública, à Assembléia Legislativa, à Câmara Municipal e ao Governador do Estado;

CONSIDERANDO que, em meados de maio de 1980, encaminhamos ao Governador do Estado sugestão no sentido de promover-se, pelos órgãos competentes, a desapropriação de toda a área, por necessidade social, conforme estabelece a Constituição da República, e sua reentrega aos que haviam adquirido os lotes e que neles construíram suas casas de moradia;

CONSIDERANDO que a nossa sugestão tramitou na Secretaria da Administração e que não encontrou solução favorável, o que contribuiu para o agravamento do problema social no Jardim das Nações;

CONSIDERANDO que, no uso de tráfico de influências políticas e no de recursos materiais outros, a Imobiliária Minas-Paraná Ltda está recorrendo a atos de arbitrariedade e violência contra os legítimos proprietários de lotes de terrenos no Jardim das Nações,

CONSIDERANDO que a intimidação dos moradores está sendo feita, estranha e ilegalmente por homens que, sem identificarem-se convenientemente, fazem-se passar como agentes do DOPS ou da Polícia Federal, ao ponto de haverem permanecido dia e noite nas vizinhanças da casa de moradia de Dona Maria dos Prazeres Alves de Oliveira, Presidente da Associação

dos Moradores e Amigos do Jardim das Nações, para pressioná-la e demovê-la da luta que empreende a favor dos que a aludida imobiliária pretende lesar, sob a ameaça de enquadrá-la na Lei de Segurança Nacional e de prendê-la por estar supostamente respondendo a dois processos criminais, movidos por DIONÍSIO BELLOTTI;

CONSIDERANDO que Francisco de tal, vulgo “Boca de Ouro”, zelador ou vigia do grupo escolar municipal ali situado, e também corretor e capanga da Imobiliária Minas-Paraná Ltda., levantou cerca em torno de duas casas de moradia, aproveitando-se da ausência dos chefes de família a trabalharem em São Paulo, com o que isolou, sem deixar nenhuma passagem, para mulheres e quinze crianças, apesar dos rogos das famílias prejudicadas;

CONSIDERANDO que, para perpetração desse ato de violência, Francisco de tal sacou de revólver, deu um tiro ao ar e declarou que matará quem se lhe atravessasse no caminho, embora as casas fechadas por cerca estejam debaixo da rede de distribuição da COPEL onde a Imobiliária não tem poder de ação;

CONSIDERANDO que a nova ameaça, por parte de Francisco de tal, se reveste da maior gravidade, porque o ameaçante se julga encoberto pelos homens que se dizem agentes policiais e que circulam, com inusitada frequência, no Jardim das Nações, num automóvel Opala, cor preta, chapa 7709, de Curitiba, ocorrendo visitas noturnas igualmente, com a divulgação de rumores de que serão presos e processados os que se opuserem à “intrusão” da Imobiliária Minas-Paraná Ltda;

CONSIDERANDO que a Delegacia de Polícia do Nono Distrito, situada à Avenida Kennedy, talvez por desinformação ou por querer proteger a parte mais poderosa, não aceita as queixas e reclamações dos moradores do Jardim das Nações e recrimina-os, além disso, como se fossem perturbadores da ordem pública, quando estão defendendo apenas os seus direitos adquiridos;

CONSIDERANDO que a luta em defesa de seus direitos se aproxima de três anos, e que os moradores do Jardim das Nações precisam cuidar de suas vidas, tendo de trabalhar, o clima de insegurança e de medo os levam já à angústia e ao desespero sem limites, podendo algum deles cometer, por descontrolado, atos desatinados;

CONSIDERANDO que a população do Jardim das Nações é laboriosa, pacata e ordeira, e que não deseja que nenhum dos seus cometa excessos, produto de justa revolta,

REQUER:

1 — Instauração de inquérito policial para apuração da conduta irregular dos ocupantes do Opala preto, chaga 7709, que estão exercendo pressões ilegais e formulando ameaças terríveis contra os que resistem às investidas da Imobiliária Minas-Paraná Ltda;

2 — Garantia de vida e garantia da liberdade de ir e vir a todos os moradores do Jardim das Nações, inclusive à Presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Jardim das Nações, Vila Tatuquara;

3 — Instauração de processo, com o acolhimento da presente queixa-crime, contra Francisco de Tal, vulgo “Boca de Ouro”, vigia do grupo escolar e apaniguado da empresa “grileira” por ter ameaçado, de revólver em punho, quantos se recusam a abandonar, de motu próprio, as propriedades que legitimamente adquiriram.

Confiemos no espírito público e no sentimento de justiça do Sr. Secretário da Segurança Pública, de sorte que, uma vez tomadas as providências solicitadas, voltarão a paz e a tranquilidade no seio de mais de cem famílias residentes e proprietárias na Planta Jardim das Nações, Vila Tatuquara, Curitiba.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1981.

(a) ROMERO FILHO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 48/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — É vedado ao BADEP — Banco de Desenvolvimento do Paraná, investir objetivando aquisição de ações de empresas de capital estrangeiro.

Parágrafo único — A vedação tem por escopo, implementar as atividades das empresas nacionais congêneres, especificamente as paranaenses.

Art. 2º — Fica ainda impedida qualquer ação ou desempenho paralelo, que possa refluir em investimentos em atividades ou setores que não aqueles estritamente regionais ou nacionais.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1.981.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

Visa, o presente Plano de Lei, tentar corrigir uma distorção que há muito tempo vem ocorrendo com este banco paranaense.

A precípua obrigação do BADEP está justamente em seu próprio nome: Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná. Como tal, este estabelecimento de crédito, ligado ao Estado, tem como finalidade precípua fins sócio-econômicos da gente que labora nas terras paranaenses.

O que vem ocorrendo, entretanto, é uma completa distorção do BADEP: no lugar de implementar as atividades das empresas paranaenses, quando muito nacionais, o referido Banco procura adquirir ações de empresas estrangeiras, como é fato notório o recente episódio da VOLVO, fugindo totalmente às suas razões.

Ainda agora, surgem notícias de que o Paraná estaria financiando, com recursos orçamentários, Itaipu, Furnas e ELETROSUL, e que 10,5 bilhões de cruzeiros já teriam sido aplicados, via BADEP-BRDE.

São fatos que distorcem totalmente a filosofia do BADEP. Muito mais, quando se sabe que as médias e pequenas empresas do Paraná estão com as finanças corroídas e às portas da falência. As falências e concordatas transformaram o Paraná num festival de desespero e desemprego, justamente por falta de um apoio mais firme, direto e decidido.

Creio, pela exposição de motivos apresentada, contaremos com a aprovação do presente projeto de lei, por parte de nossos Pares.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A tese encampada pelo Presidente da Federação do Comércio de Curitiba, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, parece que está sendo encampada também por um grupo de jovens, denominado Juventude Democrática, de que é ou se diz Presidente um jovem que transita de vez em quando aqui por esta Assembléia, Magno Cavalcanti.

E chega a Cascavel sem constrangimento, às portas da cidade, cujas janelas estão sempre à espreita de uma arma de fogo e, desavisadamente, passa a acusar a juventude oposicionista alinhada no PMDB, mas esse agrupamento da Juventude Democrática, que ao nosso ver é uma extensão do Partido do Governo, chegou em Matelândia, na micro-região de Cascavel

através de contatos com diretores de escolas de cursos secundários, dizia que estava promovendo debates de natureza democrática e com o respaldo oficial.

Muitas classes foram desativadas das aulas e se reuniram em determinado lugar de Matelândia, quando esse rapaz passou a falar da necessidade do engajamento de jovens nesta chamada "Juventude Democrática", e com fichas de filiação partidária, buscava a adesão não ao Partido político, mas a essa juventude que não tinha coloração partidária.

Mas, ali presente, havia um Vereador do PMDB, um dos líderes do movimento trabalhista daquela região, daquele município, que passou a desmascarar esse jovem e acabou desmantelando a sua reunião.

Não satisfeito com aquela situação de Matelândia, foi a Cascavel e buscou organismo da imprensa, que não falta, estão alguns sempre a serviço do Governo, e passou a fazer acusações de natureza partidária, aos jovens estudantes de Cascavel, inclusive entrando em terreno de diretórios de organizações estudantis e passou a acusar também, encampando a tese do Sr. Pereira de Oliveira, de que os brasileiros não têm brasilidade, em grande parte a população brasileira mais fraca é preguiçosa, acusando o trabalhador brasileiro de ter preguiça de trabalhar, quando é sabido que neste País a carência de emprego ou mesmo a possibilidade de emprego ou sub-emprego é tida como um dos grandes problemas nacionais.

O que venho fazer, Sr. Presidente, na tribuna, é dizer ao PDS que precisa se acautelar, pelo menos, com esses jovens ou chamados jovens ou "jovens" de que é preciso no Brasil ter um pouco mais de respeito com a Oposição, esta Oposição que tem sofrido baixas em seus quadros partidários e que frequentemente, ainda é acusada de muitas coisas que os próprios seguidores do Governo vem dizendo, como é o caso do Sr. Pereira de Oliveira e a tese que ele encampa inclusive está aqui o jornal, é de que realmente no Brasil há uma grande quantidade de índios e de pessoas que têm origem indígena ou para-indígena, que são realmente preguiçosos.

Aqui é o jornal de Cascavel "Fronteira do Iguaçu", atualmente denominado simplesmente "Fronteira", que faz esta reportagem sobre o pensamento dessa juventude democrática.

Quero dizer, Sr. Presidente, neste Parlamento, para que a História registre este pensamento da juventude de Cascavel. Lá, pelo menos lá, por educação, recebem tantos quantos forem os homens portadores de idéias as mais extravagantes, mas desta, fui incumbido em nome de dois segmentos de estudantes de Cascavel.

E, é um favor, idéias como essas não serem colocadas para a juventude de Cascavel, porque lá, a formação é muito outra, contrária inclusive a muitos noticiários criminosos que têm até, trazido tropeços e problemas para a comunidade de Cascavel e para os homens de negócio que viajam pelo Brasil muitas vezes, repito até, com medo, por causa das notícias tendenciosas e desagregadoras do comportamento dos homens de bem de Cascavel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebemos hoje, em nosso gabinete, agora há pouco, os moradores da Vila Tatuquara, que nos trouxeram um memorial, um pedido para a Assembléia, e aqui vamos ler esse memorial:

"Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Excelentíssimos Srs. Deputados Estaduais

Excelentíssimos Srs. Deputados Líderes das Bancadas dos

Partidos Políticos

A Associação dos Moradores e Amigos da Vila Tatuquara (registrada sob o número 6458, Livro A4, de 25/5/80, I Ofício de Curitiba), pelos seus representantes legais no final assinados, vêm, respeitosamente perante Vossas Excelências e demais Pares desta Assembléia Legislativa Estadual, com a finalidade de expor o seguinte:

01. Na sessão de 14 de abril de 1981, essa Assembléia Estadual aprovou requerimento formulado pelo Deputado ANTÔNIO ROMERO FILHO, que reitera pedido de informações sobre o processo de desapropriação da área abrangida pela Planta Jardim das Nações, Tatuquara, em Curitiba. Pelo Ofício DA/DE/SC 353/81, de 29 de abril de 1981, e ofício 765/81, de 28/04/81, esta entidade tomou conhecimento do envio ao Excelentíssimo Sr. Governador Ney Braga, do referido requerimento.

02. Entretanto, depois de UM ANO que fora aprovado o primeiro requerimento desta Assembléia, e depois da aprovação do segundo requerimento, o Governo do Estado do Paraná não se definiu sobre o pedido de desapropriação daquela área, continuando o conflito com os que se denominam proprietários da área e seus moradores.

Esse conflito se agravou recentemente com a presença na área de policiais, a mando dos interessados na expulsão dos moradores, ameaçando de DESPEJO dezenas de famílias no prazo de 15 dias, que terminará no dia 30 de maio.

03. Além das ameaças dos que se dizem proprietários da área, de seus jagunços e "testa-de-ferro", agora somam-se policiais a mando dos mesmos, fato já denunciado ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança Pública.

Esta situação está determinando que se crie uma situação que poderá redundar em violências físicas contra os moradores. Some-se ainda, a ameaça que tais policiais fizeram à Presidente da Associação, Dona Maria dos Prazeres Alves de Oliveira, de que deverá deixar aquele cargo, sob pena de processo pela Lei de Segurança Nacional.

04. Não é possível — Excelências — a manutenção de tal estado de coisas, pelo que a Associação e os Moradores da Vila Tatuquara APELAM A VOSSAS EXCELÊNCIAS PARA QUE INTERCEDAM DIRETAMENTE JUNTO AO EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, GENERAL NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, PARA QUE, DE IMEDIATO, DESAPROPRIE AQUELA ÁREA DE TERRAS, DEVOLVENDO-A A SEUS LEGÍTIMOS DONOS, QUE SÃO OS QUE MANTÊM A POSSE DA TERRA HÁ MAIS DE DEZ ANOS, QUE ALI SE RADICARAM E TÊM SUAS FAMÍLIAS E DESENVOLVEM SUA ATIVIDADE PRODUTIVA EM FAVOR DO ESTADO E DO PAÍS.

05. Somente a firme decisão de Vossas Excelências em amparar esta Associação e seus moradores em sua JUSTA E LEGAL REIVINDICAÇÃO, bem como o AMPLO APOIO RECEBIDO DE TODOS OS PARTIDOS POLÍTICOS, DEMAIS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO, DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS, DO COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA-PARANÁ, OUTRAS ENTIDADES PROFISSIONAIS, é que têm mantido a todos nós na firmeza de nossa reivindicação. E, com a presença de Vossas Excelências junto ao Governador do Estado, julgamos que o mesmo, dentro do seu espírito de atendimento das reivindicações sociais, venha a adotar, DE IMEDIATO, a medida saneadora de DESAPROPRIAÇÃO DA ÁREA.

Curitiba, 21 de maio de 1981.

(aa) MARIA DOS P. ALVES DE OLIVEIRA — Presidente
GERALDO FERREIRA DE SOUZA — Vice-Presidente".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) A Mesa registra,

com satisfação, a presença em plenário, do Chefe da Casa Civil, Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste exercício, os índices de reajuste do custo de energia ascenderão a mais de oitenta por cento. O custo das taxas de telefone também terão os reajustes expressivos.

É muito fácil constatar que o preço da energia e o preço do telefone, hoje, realmente contribuem para aumentar os elevados índices do custo de vida do brasileiro. Telefone e energia, hoje, evidentemente, são indispensáveis à nossa comunidade.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se tiverem os Srs. a curiosidade em suas comunas, nas cidades do Interior e até mesmo aqui na Capital, de irem a algumas ruas e observarem o que ocorre, é evidente que se COPEL, TELEPAR, mudassem a orientação, ou trabalhassem mais entrosadas, tenho absoluta certeza que o custo de energia e do telefone poderia ser baixado.

Não entro já no detalhe dos buracos que a SANEPAR faz e que, na maioria das vezes, onera ao próprio usuário remontar a sua calçada ou onera a Prefeitura remontar o asfalto das ruas, refiro-me, Sr. Presidente, a uma constatação estarrecedora que fiz na última semana na cidade de Clevelândia.

É fácil observar que a rede de energia elétrica, em muitos casos, na maioria das vezes, é a mesma que serve para levar a rede telefônica, ou seja, os mesmos postes da eletricidade servem para a rede onde se puxa um só ramal de cabos telefônicos.

Pois bem, agora a TELEPAR, inexplicavelmente, está construindo redes paralelas, um posteamento paralelo do outro lado da rua, levando postes exclusivamente para a rede telefônica.

Ora, Srs. Deputados, o preço de um poste, o custo da construção, é evidente que isto significa jogar dinheiro fora.

Estamos encaminhando um requerimento ao Sr. Secretário do Interior para que determine à TELEPAR explicar à esta Casa, se são razões técnicas que estão levando a construção destas redes paralelas apenas para a condução dos cabos telefônicos.

Se são razões técnicas, por que só agora tomadas?

Se é de se elogiar o alto padrão que a COPEL tem na prestação de seus serviços. Ou se não existem razões técnicas então, seria a obra de recursos que a TELEPAR teria, para fazer novas redes, para comprometer ainda mais a estética de nossas cidades, para por mais trambolhos para atrapalhar o trânsito das nossas cidades.

Por isso, Sr. Presidente, é o requerimento que se justifica. Há que se saber que orientação da TELEPAR é esta, há que se saber que é necessário economizar o dinheiro público, para que o custo de vida seja mais diminuído.

Não é possível que se jogue dinheiro a rodo, fora. O preço de um poste hoje é uma exorbitância. Fazer uma rede paralela, na mesma rua, quando se podia aproveitar a rede já existente, no mínimo é abusar da economia popular. No mínimo, é isto.

Por isto, Sr. Presidente, requeiro, solicito dos Srs. Deputados que aprovelem este requerimento. Uma informação através do Sr. Secretário do Interior, para que a TELEPAR explique porque está construindo rede paralela apenas para a condução dos cabos telefônicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Cotrim. Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado José

Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos à tribuna para fazer uma denúncia que já passou a ser rotina dos parlamentos brasileiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A violência oficial e extra-oficial, realmente está tomando corpo e conta da Nação brasileira.

Após o acidente do Trabalho acontecido no Rio de Janeiro, no Rio-Centro, no dia do trabalhador, quando ninguém deveria trabalhar e quem foi trabalhar foi castigado, o jornal "Hora do Povo", publicou matéria referente àquele episódio. O Sr. Ministro da Justiça, através de uma portaria, mandou prender em todo o Brasil, o HP que trazia como manchete de primeira página "General Sepulta Terrorista, com honras militares". A apreensão do jornal houve em alguns lugares pacificamente. Mas em Apucarana, por exemplo, jovens ligados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que vendem o jornal toda a semana, na Feira Livre, viram suas casas sendo invadidas por homens da Polícia Federal, revistando e entrando na intimidade dos lares, ameaçando, inclusive, de matar aquele que escondesse o jornal.

Sr. Presidente, é lamentável a ação da polícia que, mesmo tendo na mão uma ordem do Sr. Ministro da Justiça, para prender o jornal, não tinha o direito de invadir casas, não tinha o direito de quebrar a privacidade daqueles estudantes apucaraneenses, que eram portadores ou não do referido jornal.

Sr. Presidente, isso com respeito à ação terrorista da Polícia Federal e dos órgãos de segurança desta república.

Agora, recentemente, recebemos aqui na Assembléia, a visita de dezenas e dezenas de moradores de uma Vila de Curitiba, cuja área se encontra em litígio entre os moradores e os vendedores.

Uma imobiliária vendeu lotes de terras às famílias que lá vieram a construir as casas e, conseqüentemente, seus lares. E a polícia civil, sem mandado judicial, sem ordem expressa da autoridade competente, está aí a Vila Tatuquara...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa comunica que Vossa Excelência tem 30 segundos para concluir sua oração.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Agradeço os 30 segundos que Vossa Excelência me dá, nobre Deputado.

Estão indo lá, policiais que devem ser indicados em inquérito administrativo e punidos, ameaçando famílias, como se as famílias que lá morassem e que lá estão, fossem bandidos, fossem famílias que estavam lá, e que estão lá, sem nenhum compromisso com a sociedade.

Não se desaloja famílias, não se ameaça ninguém desta maneira. É necessário que o Sr. Secretário de Segurança tome as devidas providências e que, dentro de um inquérito administrativo, venha afastar esses policiais que estão a serviço da própria imobiliária, ganhando altas somas para ir lá pressionar os moradores.

E esta Casa de Leis, aprovou uma sugestão do Deputado Romero, que aqui está, ao Governador do Estado, para que o Governo Estadual desapropriasse aquela área e entregasse aos moradores, para evitar mais um problema social em Curitiba.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós do PMDB, Partido de Oposição, estamos contestando a Polícia Federal pela ação em Apucarana, e a Polícia Estadual pela ação, aqui, contra moradores do Tatuquara.

E o Sr. Líder do Governo também já gestionou junto ao Secretário da Segurança, para tomar as providências, e é necessário que se tome as devidas providências.

Portanto, fica registrada a nossa denúncia e o nosso apelo ao Governo do Estado e ao Sr. Ministro da Justiça, para que esses abusos não venham mais acontecer neste momento de

abertura, que o Presidente Figueiredo vem preconizando no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa alerta a assistência, que não pode haver manifestação nos pronunciamentos, e solicita a compreensão de todos durante a realização desta sessão.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Inicialmente, antes de entrarmos no assunto que nos trouxe à Tribuna, na tarde de hoje, quero, da mesma forma que o nobre Deputado José Domingos Scarpelini, levar uma palavra de tranqüilidade, de conforto aos moradores da Planta "Jardim das Nações", da Vila Tatuquara, que foram miseravelmente enganados por um vigarista, sem que as autoridades de direito, no caso, a Prefeitura de Curitiba, tomasse, até o presente momento, uma atitude mais concreta, mais enérgica, e que viesse trazer tranqüilidade a essas famílias, todas de baixa renda que, com sacrifício indizível, pagaram seus lotes. E como me disse uma senhora, ali fora, pagaram comendo polenta com chicória. E hoje, quitados os compromissos de Compra e Venda, acabam descobrindo que o vendedor não era o legítimo proprietário da área.

É um problema difícil que não comporta demagogia de nenhuma natureza. Porque, não se pode tripudiar sobre aqueles que estão sob a proteção da Lei, nesse caso, os homens do loteamento da Vila Tatuquara.

Então, não adianta demagogia e promessas falsas.

A Assembléia Legislativa, por unanimidade, os quatro Partidos com assento nesta Casa, tenho absoluta certeza que todos se enganarão na luta para que possibilite trazer uma solução satisfatória aos proprietários daqueles lotes.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, o Paraná responde, hoje, por 26,4 por cento da produção agrícola nacional e 13 por cento do aporte de divisas externas.

São percentagens elevadas, considerando que ocupamos apenas 2,34 por cento do território brasileiro, e somos não mais de 6,40 por cento de uma população de 121 milhões de patrícios.

Esse quadro, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, ao lado de revelar novamente a operosidade de nossa gente, que produz unida em ideais de sucesso e fraternidade, salienta, acima de tudo, que vivemos uma realidade social e econômica de bom padrão, em relação à maioria dos brasileiros, graças às condições favoráveis de clima, solo, de posição geográfica estratégica.

A contribuição relativa do Paraná tem sido, reiteradamente, invocada perante a União para argumentar nossas reivindicações perante essa esfera de Poder que, como todos sabem, já foi dito nesta Casa, centraliza, hoje, de maneira inconveniente, a quase totalidade dos recursos públicos destinados a investimentos.

Da mesma forma, Sr. Presidente, têm sido realçadas as perdas territoriais, portanto econômicas, impostas ao Paraná, em razão a construção de hidrelétricas, de tal sorte que, as áreas a serem inundadas, ou já cobertas com as águas de barragens, equivalem a uma extensão idêntica a da Micro-Região de Maringá, e com terras da mesma forma valiosas.

Faço, Sr. Presidente, essa colocação para reportar-me a recente pronunciamento do Deputado Deni Schwartz, onde Sua Excelência, invocando uma palestra do Sr. Secretário das Finanças, na Associação Comercial, onde aquele membro do Governo apontou a concentração industrial do eixo Rio-São Paulo-Minas Gerais, pretendeu atribuir a situação a omissão do Governo do Estado.

Ora, falava um Secretário de Governo que não é nada mais do que um Assessor do Executivo. E sua palestra levantava mais um argumento reivindicante nesse constante empenho que o Governador Ney Braga vem desenvolvendo para carrear recursos ao desenvolvimento paranaense. Esforço que, aliás, respalda toda sua vida pública, toda sua participação política. Porque foi Ney Braga que, como membro de governos federais, foi o paranaense que mais conquistou e mais conquistas lavrou para a nossa participação política, ação que permite que hoje se diga: nenhum homem público neste Estado contribuiu mais para esta posição de sucesso social e econômico do Paraná, por empenho pessoal, do que o Senhor Ney Braga.

Todavia Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, o Senhor Deputado Deni Schwartz, que eu respeito muito, mas que às vezes na sua argumentação, sempre há alguma confusão no concatenamento de idéias. Talvez magoado porque essas realizações reivindicatórias partem do Governo e não da Oposição, inverteu a realidade e flutuou no desvario, para concluir que o Paraná é omissor.

Ora, nós sabemos e quero repetir mais uma vez, não vai aqui nenhum posicionamento pessoal nesta resposta ao nobre Deputado Deni Schwartz, que respeito, que admiro e acho que é um homem que nunca pode deixar de representar o povo nos Parlamentos nacionais, porque a gente sente o seu desejo de ser útil à sua terra, à sua gente.

Então não é nesse sentido que faço a resposta. Eu acho que a Oposição tem que opor. Até aí, nada me espantou no pronunciamento do nobre Deputado, mas a fantasia prosseguiu e eu tenho o lamentável encargo de participar a esta Casa, que o Senhor Deni Schwartz então é a favor, digamos, da implantação do regime comunista no Brasil. Acho que ele é, e vou explicar porquê.

Eu faço essa afirmativa com fundamento no mesmo tipo de lógica adotada pelo Deputado Deni Schwartz, ao cobrar do Governador Ney Braga a omissão de pronunciamento formal sobre o atentado terrorista do dia 1.º de maio no Rio-Centro. Afirmou o Deputado que o nosso Governador pode estar calado, vejam bem, porque eventualmente poderia vir a apoiar os promotores do atentado. O seu silêncio seria portanto, a viabilização da convivência.

Ora, como nós não ouvimos nunca nesta Casa, nenhum pronunciamento do Deputado Deni Schwartz contra a implantação de um regime exótico, não digamos comunista, mas exótico, no Brasil, então logo essa omissão pela lógica dele, implica em que ele apoie-se e se alie a uma possível tomada de poder pelos bolchevistas. É o mesmo raciocínio.

Ora, eu acho que não pode cobrar o óbvio, isto é, que o Governador Ney Braga, assim como toda a sociedade brasileira, repudia sob todos os aspectos, o desvario do terrorismo, como repudia o crime, a miséria, a doença e a ignorância.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte, Deputado Erondy Silvério?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu permitiria no final, quantos apartes fossem solicitados, apenas gostaria de não me desviar da linha de pensamento, todavia concedo o aparte.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência está conduzindo muito bem a questão de não misturar alhos com bugalhos. Então nós teríamos que cobrar do povo a resposta e o repúdio da Rússia, quando ocupou Afeganistão, e nós todos nos calamos. Somos um povo universal, Deputado Erondy Silvério e porque não vieram os homens que são os salva-pátria dizer ao povo do Brasil, que a Rússia está com os tacões de sua bota humilhando e massacrando e escravizando um povo e é um paralelo quase que diferente, mas é similar, Deputado Erondy Silvério, porque quem cala consente. Calaram-se as Oposições, do problema internacional, calaram-se os homens que são defensores do povo, defensores dos homens humildes e dos direitos humanos. Por que no Afeganistão não estes direitos humanos?

Porque lá estão os russos a massacrar, a trepudiar sobre homens que têm o mesmo sangue de Jesus Cristo.

Eu me parabeno com Vossa Excelência. Onde estão os homens que defendem o povo que estão subjugados aos tacões russos? Onde estão esses homens que defendem Deputado Deputado Erondy Silvério? Onde estão esses homens que querem o direito universal do homem? Onde estão esses homens que querem os direitos humanos? Porque tudo é mundo Deputado, todos somos cristãos.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço a Vossa Excelência, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, repito para não quebrar nossa linha de pensamento, eu repito que não se pode cobrar o homem isto é, que o Governador Ney Braga como toda sociedade brasileira, repudia e repudia sob todos os aspectos o terrorismo, como repudia o crime, a miséria, a doença e a ignorância. Agora, se o nosso Governador dedicasse seu tempo e seu trabalho, a pronunciar apoios ou repúdios em assuntos que o sensibilizam, além de desviar esforços preciosos das suas reais atribuições, acabaria como o próprio Deputado Deni Schwartz, arvorando-se em “julgador do mundo”.

E já nessa segunda-feira, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, o assunto terrorismo e atentado do Rio-Centro voltou à Casa. Desta feita, em palavras dos Srs. Deputados Nilton Friedrich e José Tavares, os quais também muito respeito e admiro, pela atuação digna, brilhante sob todos os aspectos que têm tido até a presente data nesta Casa. Mas eu divirjo de algumas colocações.

Desta feita, comentou-se a entrevista do Secretário de Segurança de Estado, Haroldo Ferreira Dias, onde ele se irritou quando repórteres insistiram em saber sobre o envolvimento de oficiais do exército em ações terroristas. Em função disso — afirmou o nobre Deputado Nilton Friedrich textualmente — “o Governo Ney Braga, se associa àqueles que acreditam que os atentados terroristas não devem ser apurados de pronto, ou no mínimo, apurados com a morosidade que, entendemos, beneficia o terrorista e o terrorismo e os mantém, sob o manto da impunidade”.

Parece-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, haver uma postura errada dos Srs. membros da Oposição, como se as bombas estivessem explodindo em suas cabeças atiradas pelas forças armadas e o Governo Federal amparado pelo Governador Ney Braga, fechasse os ouvidos para o estampido. Sejam um pouco honestos, a vítima do terrorismo é a própria Nação brasileira, o primeiro atingido, o grande alvo é exatamente o Presidente da República. Porquanto, se inexistisse um processo de redemocratização em marcha, tão pouco teríamos interessados em conturbar pela violência, um caminho que todos sonhamos em palmilhar.

Quando, a questão é desta seriedade, eu acho que devemos ser pelo menos um pouco honestos. Ou queria o nobre Deputado Nilton Friedrich, que o Secretário de Segurança do Paraná, confirmasse o envolvimento de oficiais do exército com toda convicção? Mas apenas, se fosse leviano, ele poderia agir desta forma. Ou como falou o nobre Deputado José Tavares, “General Gentil Marcondes se expõe ao ridículo de condecorar um terrorista dentro de suas próprias fileiras”. Ora, somente se tivesse bola de cristal, como o Deputado José Tavares, poderia o Secretário aqui do Paraná dar um depoimento conclusivo sobre os quais não teve nenhum acesso.

A Oposição quer fazer parecer que as Forças Armadas estão jogando bombas sobre sua cabeça, sobre o povo. Mas quem está cobrando respostas é toda a Nação brasileira. Esta resposta virá, tenho absoluta certeza. Porque confio na integridade das Forças Armadas de meu País e sei que sua grandeza ficará intacta. Ficará intacta mesmo que se comprove o envolvimento de militares no terrorismo e, especialmente, neste ato terrorista do Rio Centro. Por que repito aquilo

que disse em aparte, nesta Casa, qual foi o maior líder de guerrilha no País? O sanguinário, criminoso assassino de inocentes, Carlos Lamarca? Era um Capitão do Exército. Nem por isto ficou impune. Luiz Carlos Prestes, "lacaio de Moscou", traidor da pátria, era oficial de alta patente e, nem por isto, foi acobertado.

Nossas Forças Armadas, como instituição aberta a todos os brasileiros, abriga várias correntes de pensamento e de ação. Mas é o próprio espírito patriótico e cristão que predomina dentro de nossas Forças Armadas. Este espírito patriótico e cristão repudia o acobertamento de ações terroristas. Como também repudia o acobertamento de ações desonestas contra a Pátria.

Admite-se existirem padres que prevaricam. Deputados desonestos. Magistrado corrupto. Tanto quanto inocência no presídio e santidade no prostíbulo. É o mal do mundo, versus a integridade do ser humano, que se contrapõem e contrastam a todo o momento, em todo o lugar. É aquilo que já disse muitas vezes aqui nesta Casa, é a mocinha que roda a bolsa na Rua Riachuelo, não adianta dizer que cansou as pernas acompanhando a procissão. Mas o erro de um padre não faz a Igreja demoníaca. Nem a cupidez de um Magistrado faz do Judiciário um mercado. Nem a desonestidade de um Deputado transforma o Parlamento num covil. Como a inocência não transforma o presídio em jardim de infância. Ou o arrependimento da Madalena ali da Riachuelo transmuda o lupanar em clube virginal. A inteligência de todos alcança esta verdade e trabalhar contra o óbvio autoriza acreditar em má fé.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, não é meu objetivo defender as Forças Armadas, nem dizer que lá não existem núcleos de contestação ou terrorismo. Não sei. Só digo o que eu quero saber, exijo saber, porque este é o meu direito.

Agora, vir aqui alguém e dizer de comprometimentos por omissão em todo este triste episódio do Governador Ney Braga, ora, tenham paciência! Não faz jus à inteligência, tantas e tantas vezes demonstrada nesta Casa pelos nobres Deputados que fizeram este pronunciamento.

Não faz jus; eu não estou querendo agradar os nobres Deputados Nelson Friedrich, José Tavares e Deni Schwartz; são realmente inteligentes, são operosos, são Deputados jovens que bem fez o povo do Paraná em mandá-los para esta Casa. Mas neste episódio me desculpem, me desculpem, eu não quero usar outro termo; mas ultrapassa a minha capacidade em aceitar uma afirmação desta natureza, dizer que o Governador Ney Braga foi omissos neste episódio tristíssimo do Rio Centro.

Pelo menos nas horas graves, tenhamos respeito à realidade; porque é desumano, é desprestigiante para os políticos fazer-se demagogia sobre o túmulo das vítimas do terror.

Dissemos no início deste pronunciamento, que o Paraná vive uma realidade diferenciada para melhor. E que é uma realidade. Digam o que disserem do Paraná; podem dizer que o Paraná não tem representação lá em cima, podem dizer que o Paraná está enfraquecido politicamente. Mas ninguém pode negar que o Paraná vive em relação a quase que noventa por cento das demais unidades federativas, uma situação altamente privilegiada...

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte?

O Sr. ERONDY SILVÉRIO — ... Eu já darei o aparte a Vossa Excelência com todo prazer. Eu já estou no fim do meu pronunciamento.

Nós dissemos que o Paraná vive esta realidade em relação a maioria dos outros Estados, no setor econômico e social. Mas graças à fraternidade e aos ideais de sucesso que irmanam sua gente nesse mutirão diário, por dias melhores. Por isso eu reconheço este esforço extraordinário; a aflição, a preocupação do Deputado Deni Schwartz principalmente na tarde de ontem, quando o Ministro dos Transportes vem anunciar a toda a Nação o início de dez obras rodoviárias em Minas Gerais, prosseguir-

mento à malfadada Ferrovia do Aço que já consumiu, que já aumentou a nossa dívida externa em bilhões e bilhões de dólares, jogados, desperdiçados num projeto mal feito, e uma ferrovia do soja, que é realmente parte da redenção econômica, não só do Paraná mas como de Mato Grosso e toda essa riquíssima região que vai realmente trazer divisas à nossa Nação, vislumbra-se apenas como uma possibilidade; como uma esperança ao povo do Paraná.

Então eu acho que nós vivemos melhor no Paraná, porque a nossa prosperidade é graças aos ideais que irmanam todos os paranaenses nesta luta.

Sonhamos ver um espírito idêntico regendo as relações políticas deste Estado. De forma que as facções e os Poderes, mesmo sem concordarem em métodos, convirjam seus esforços para o bem comum. E isso os Srs. Deputados da Oposição jamais podem negar ao Governador Ney Braga. Que tem tido um comportamento excepcional com relação à Oposição. Pelo menos, todas as vezes que eu levo problemas de Srs. Deputados da Oposição, ao Governador do Estado, eu encontro sempre o espírito aberto, para que se faça também a união das forças políticas neste Estado, embora haja, como eu já disse, discordância em métodos.

Agora não é com acusações a um líder político, a um homem credor de respeito de todos os paranaenses, que iremos engrandecer este Estado, ou alcançar expressividade política, que a Oposição vem cobrando do Governo; mas por um caminho que às vezes chega até ao insulto.

Não é por este caminho.

Eu concedo o aparte ao nobre Deputado José Tavares. O Sr. José Tavares — Agradeço essa deferência de Vossa Excelência e analisando com atenção as palavras de Vossa Excelência nesta tarde, principalmente quando procura opor reparos, num pronunciamento que fizemos nesta Casa, através de um aparte ao Deputado Nelson Friedrich, em cuja oportunidade nós dizíamos que o Comandante do I Exército, General Gentil Marcondes — e nós lamentávamos isso e estranhávamos isso — se expunha ao ridículo de condecorar um terrorista.

Realmente, nobre Deputado, nós fizemos essa afirmativa naquela oportunidade...

O Sr. ERONDY SILVÉRIO — ... tendo uma bola de cristal.

O Sr. José Tavares — ... e continuamos a ter esse entendimento.

E digo porquê: na medida em que ocorre um fato delituoso da gravidade daquele ocorrido no Rio Centro, em que a televisão, a Rede Globo, mostra para todo o Brasil que uma bomba explodiu — e eu me permito a dizer que explodiu antes da hora — e duas outras que foram filmadas, e o Brasil inteiro viu, estavam intatas para serem lançadas, não é possível que um homem da inteligência mediana — e Vossa Excelência é um homem de grande inteligência — possa admitir que alguém teria tido, primeiro, a coragem; segundo, que esses militares estariam se expondo, já que são especialistas não só nesse tipo de atuação, como em outros porque pertenciam ao DOI, e DOI é uma Divisão de Operações e Investigações, dentro do exército, poderia ter acontecido.

Veja, nobre Deputado, eu tenho para mim, com a relativa vivência de oito anos, na área de segurança pública, que realmente o "tiro saiu pela culatra", nesse episódio do Rio Centro, que o "castigo veio a cavalo". A bomba é mais ou menos programada para detonar. E esta bomba, dentro da sua programação, que é uma técnica — e os elementos do DOI sabem muito bem como é que se manuseia este tipo de coisa — isto eu estou afirmando, — e esta bomba explodiu antes da hora.

Então, na medida em que a bomba explode, que morre um sargento, que um outro oficial fica praticamente mutilado, se, ao mesmo tempo não se pode atribuir a eles — não às Forças Armadas, em momento alguém nós atribuímos — a autoria de um possível atentado, ou de um atentado, uma vez que

uma bomba já houvera explodido na Casa de Máquinas, do Centro de Convenções do Rio Centro, eu entendo que o superior desses militares "a priori" não poderia, sem antes que, segundo meu entendimento, se se convencesse da culpabilidade ou da inocência de um ou dos dois, condecorar um e homenagear outro.

Aí é que está a minha discordância, e é quando eu, ao fazer reparos à declaração do Secretário de Segurança Pública do Paraná, eu o faço com a veemência que fiz, porque vejo nas suas afirmações um tom de acobertamento de uma coisa que, segundo Vossa Excelência e os homens do Governo, ainda não foram esclarecidas.

Eu até admito que não foram esclarecidas e tem um tempo para se esclarecer.

Mas o que nós não podemos, também, é brincar com a inteligência do povo, e desconhecer que especialistas, como os militares que operam no DOI são, sejam vítimas desse tipo de atentado, porque a bomba explodiu no colo de um e outras duas bombas estavam para explodir. E enquanto esta que explodiu, assim aconteceu, uma outra explodira quase que concomitantemente na Casa de Máquinas. Isso me leva a deduzir que realmente o "tiro saiu pela culatra", que a programação de explosão da bomba não ocorreu dentro dos parâmetros a ela programados.

Então, coloco uma suspeição. E à medida que a Nação também coloca, porque a televisão mostrou duas outras bombas, uma suspeição ao atentado, me parece que não cabe ao superior hierárquico desses militares condecorá-los, homenageá-los.

É aí que entra a minha dúvida.

Agora com relação ao problema que não se pode — e aí concordo com Vossa Excelência — querer denegrir uma instituição, querer atribuir a uma instituição o erro de alguns de seus elementos, é um erro em razão dos erros praticados por alguns, concordo com Vossa Excelência. As Forças Armadas é uma instituição que deve ser preservada. Ela existe para proteger a Pátria, para nos defender. Concordo com Vossa Excelência. Acho, inclusive, que a sua colocação de exemplos que fez, de juízes, de magistrados, dos sacerdotes, da "madalena" da Rua Riachuelo, são magníficos. Agora, o que não podemos é, antecipadamente — e o próprio Líder do Governo, no Senado, fez declarações nesse sentido — é dizer que as Forças Armadas não têm nada com aquele fato.

Na realidade, as Forças Armadas, num todo, não têm. Mas, se ela precipitadamente, antecipadamente, como fez o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, vir com declarações, falando que a bomba não era explosiva e sim de gás de efeito lacrimogênio, então já começa a pensar que nós todos somos um bando de imbecis.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa comunica que o tempo está esgotado. Consulta o nobre Deputado se deseja falar no Horário da Liderança.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Usarei até terminar o aparte do nobre Deputado e o meu pronunciamento.

O Sr. José Tavares — Dentro desse raciocínio, Lamarca e Carlos Prestes, realmente, tiveram a passagem não muito elogiável que Vossa Excelência afirmou, principalmente no caso de Carlos Lamarca.

Mas, quero dizer que esses dois foram punidos: um foi morto pelas forças da repressão, o outro foi severa e drasticamente punido.

A única diferença é que esses foram punidos e os autores dos atos terroristas, nestes últimos anos, nenhum foi punido, nem descoberto.

Então, ficam esses reparos que faço e agradeço a sua atenção.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço e quero discordar, segundo informações da Rede Globo de TV — porque, no dia seguinte, ouviu-se o desmentido da própria Rede Globo,

focalizando aqueles artefatos, dizendo que eram bombas de gás lacrimogênio. Não conheço, Vossa Excelência deve ser um técnico nesse assunto, porque é um policial com larga vivência. O Sr. José Tavares — Não nesse assunto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Esse assunto é imperativo da carreira de Vossa Excelência e deve ter tido conhecimento desses fatos.

É evidente que jamais colocaria Vossa Excelência no rol de terrorista. Vossa Excelência sabe a admiração que tenho por Vossa Excelência.

Quando ao resto, Vossa Excelência ratificou apenas o que disse. Mas, a moeda tem duas faces. Vossa Excelência deu uma versão, talvez não seja a versão correta. Mas, eu não vou dar versão nenhuma. Vou aguardar a conclusão do inquérito.

Para terminar, no seu pronunciamento de ontem, o Deputado Deni Schwartz colocou muito bem aspectos econômicos decorrentes de tratamentos injustos da União em relação ao Paraná. E nisso veio juntar-se aos reclamos que nascem dentro do próprio Palácio Iguaçu.

É preciso que Sua Excelência, o Sr. Deputado tome conhecimento disso. Já dissemos que movimentos reivindicatórios estão nascendo ali. Tanto assim que os nobres Deputados da Oposição fundamentam seus pronunciamentos no quê? Em pronunciamentos de Secretários de Estado, em dados estatísticos exatamente de órgãos oficiais do Governo do Estado.

Então, é ali o nascedouro desse movimento reivindicatório que o Paraná está tendo.

Não foi do pronunciamento do Secretário de Finanças que se valeu o Deputado Deni Schwartz? Exato. Não foram de dados recebidos, elaborados por levantamentos estatísticos do próprio Governo que a Oposição se orienta nesses movimentos reivindicatórios? Exatamente. Então, entendo, repetindo uma frase batida, mas que se ajusta perfeitamente ao meu pensamento, entendo que mais vale acender uma vela do que praguejar, esbravejar contra a escuridão".

Está havendo efetivamente uma redução da velocidade de crescimento do Paraná, decorrência imediata da crise que sacrifica o Brasil. Não conseguimos, infelizmente, caracterizar uma ilha de gozo e pujança enquanto o País inteiro debate-se nas dificuldades parcialmente conseqüentes de uma situação mundial. Parcialmente, vejam bem, eu não estou dando aval para os tecnocratas. Mas uma condição parece-me ser identificada como saneadora definitiva das injustiças que freqüentemente gravam o Paraná. É reformar-se a legislação que concentra sobre o controle da União, a maior parte dos recursos de investimento deste País.

Entendo pessoalmente que as contribuições fiscais deveriam ter sua destinação, virada de ponta-cabeça, atendendo primeiro o Município, depois o Estado e o que sobrasse, aí sim, era para os tecnocratas fazerem festa e voarem em jatinho por esse País ou pelo continente afora.

Devolvendo-se as características de federação, favorecendo o povo, usufruir do que contribui e dificultando o surgimento de obras grandiosas como as Transamazônicas da vida, talvez necessárias, mas em momento inoportuno.

Vamos ter dinheiro nos municípios para atender o homem em sua casa, nos Estados, para auto-promover o desenvolvimento regional, para pensarmos depois nas grandes afirmações de Brasil-potência. Aí sim, talvez, usinas nucleares e outras coisas. Estas são as minhas convicções pessoais de Deputado representante do povo, não de Líder do Governo. Falo como representante de parcela do povo de minha terra.

Num propósito de tal quilate me empenharia junto aos Senhores Deputados da Oposição, no pleito por uma reforma tributária radical e descentralizadora. Queremos todo o crescimento do Paraná com o Brasil e não contra o Brasil ou contra aqueles que almejam e trabalham por idêntico ideal.

Esse é o trabalho que cada Deputado deve fazer, inclusive junto ao Congresso Nacional, porque os Deputados que lá estão, estão graças ao nosso trabalho, ao trabalho do Vereador anônimo lá do menor distrito, do menor município do Estado, e quando chegam ao Congresso Nacional, nos mandam todo o mês uma cópia do discurso, mas nenhum abordando uma situação de tamanha importância para a Nação, os Municípios, os Estados, como uma reforma tributária.

A verdadeira distribuição de renda se faz através de uma reforma tributária decente, coerente. Não adianta se pensar em socialismo, comunismo, em "ismo" de qualquer natureza.

O que é necessário, é que os ricos fiquem menos ricos e os pobres menos pobres.

Isso só é possível através de uma reforma tributária, de uma tributação honesta sobre os ganhos de capital, e que esta tributação fique onde ela é gerada, é aquilo que eu disse: que se vire de cabeça para baixo o atual sistema tributário.

Não adianta o Ney Braga gritar, não adianta o Deputado Deni Schwartz gritar, não adianta ninguém gritar, enquanto o Governo estiver arrecadando tudo e dizendo que o Estado, que o Município deve fazer com as migalhas, que nos remetem não vai melhorar a vida de ninguém.

Concedo o aparte ao Deputado Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Líder do PDS, realmente estamos de acordo, pelo menos eu, pessoalmente, de que deve haver uma reforma na distribuição tributária no País.

A centralização não só do poder político, como do poder econômico, através das taxações e da má distribuição dos tributos, é realmente o grande mal do País e que afeta os municípios do Estado.

No entanto, Vossa Excelência tem razão quando reclama nesse sentido, mas a crítica do Deputado Deni Schwartz, foi exatamente, ontem, nesse sentido de que o pouco que ainda nos resta, o pouco que volta, o pouco dos recursos que ainda são carregados a nível de BRDE e BADEP, vem o Governador — o Governador não digo, mas digo os próprios órgãos, os bancos do Estado, a colocar nas mãos, mais uma vez, da União, como é o caso de apoio às obras faraônicas de Itaipu.

Acredito que o nobre Deputado Deni Schwartz, com muita propriedade, dizia ontem ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já devolvo o aparte a Vossa Excelência.

Realmente, a argumentação do nobre Deputado Deni Schwartz, e de Vossa Excelência, tem muita procedência.

Entretanto, desconhecemos as cláusulas desse empréstimo se é que houve — as finalidades desse empréstimo e as origens desse empréstimo. Só conhecendo, poderemos debater-las, condenando ou não.

Devolvo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado, é imperioso lembrar que a causa que deve perseguir todos os recursos públicos, deve ser social. E tenho certeza que para o Paraná, o maior problema social criado é exatamente...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — E quem pode afirmar? Vossa Excelência pode nesse instante, com toda convicção, afirmar que esse empréstimo — se é que houve ou vai haver — não tem fundo social? Não pode. Porque Vossa Excelência desconhece as cláusulas do contrato.

Devolvo o aparte.

O Sr. Gernote Kirinus — Estou me referindo ao empréstimo a Itaipu. Ou então, um fundo para carrear recursos para compra de terras e reassentamento de colonos no Paraná, acredito que o Governo do Estado do Paraná deverá ter, claro,

a sua opção. Isso não resta dúvida. Não vou entrar no mérito das cláusulas dos contratos, se houve vantagem, se houve lucro ou se não houve lucro.

No entanto, só lembro isso. Vossa Excelência mesmo criticava as obras faraônicas do tipo transamazônica, nas quais Itaipu pode ser também incluída, portanto, o BADEP e o BRDE ajudaram a financiar uma obra faraônica, em detrimento de milhares de colonos que estão pedindo para continuar produzindo no Paraná.

Quanto à omissão do Sr. Governador Ney Braga, que Vossa Excelência tem defendido que não é omissão, pergunto: como é que pode continuar à testa de uma Prefeitura em Medianeira, um interventor com a convivência do Governador do Estado do Paraná, do tipo do donatário Luiz Bonato?

Quando está comprovada a sua disposição de um terrorismo silencioso contra o povo de Medianeira. Quando inclusive Deputados do seu Partido estão a pedir que se faça um reparo e justiça ao povo de Medianeira, e dorme nesta Casa, na Comissão de Constituição e Justiça, um requerimento neste sentido.

Onde está a participação do Governador do Estado? Obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Veja Vossa Excelência como tenho razão.

Enquanto o nobre Deputado Deni Schwartz debate um assunto de alto nível, que interessa aos seis ou sete milhões de paranaenses, que interessa profundamente à economia do Estado; enquanto trago aqui uma resposta elaborada com carinho, com respeito à Oposição, aos nobres Deputados da Oposição, quando falamos de um problema de amplitude geral de um Estado, vem Vossa Excelência com problema "doméstico".

Veja como sua mente é pequena. Vossa Excelência vem com um problema doméstico de um prefeito desonesto, como existem muitos por esse Estado.

Vossa Excelência não está à altura de um debate, em que se discute com uma determinada profundidade as causas da descapitalização do povo paranaense.

Vossa Excelência tras um "problemazinho" desse tamanho, pequenininho ...

O Sr. Gernote Kirinus — Pelo tempo que lá está é grandioso, nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Então Vossa Excelência diz que esta omissão do Governador em manter um prefeito lá, um prefeito que Vossa Excelência pode não gostar mas que os munícipes gostem?

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado Erondy Silvério, para ser bastante rápido, telegráfico, quero cumprimentá-lo que justifica, na tarde de hoje, a condição de líder da nossa bancada, com o pronunciamento que faz em resposta a vários pronunciamentos feitos pela Oposição.

Mas, gostaria apenas de dar uma participação, uma vez que participei ativamente nos debates com os Deputados do digno Partido de Oposição desta Casa, o PMDB, e que Vossa Excelência condensou na sua resposta de hoje.

Com relação à famosa omissão do Governador Ney Braga, com relação a ficar em cima do muro, hoje realmente foi despida a Oposição com relação ao assunto.

Realmente, eles não têm bem onde se pegar. Falam do Rio Centro, no Rio de Janeiro, falam das bombas de primeiro de maio, e de repente, estão em Medianeira, simpático Município de Medianeira, no Oeste do Paraná, a falar de Luiz Bonato.

É para Vossa Excelência verificar, Deputado Erondy

Silvério, que realmente nada de mais concreto existe das afirmações eleitoreiras da Oposição, que quer vir a esta Casa, a esta tribuna, impressionar.

Impressionar os nossos ouvidos, os dos funcionários da Casa, da imprensa que aqui se faz presente e também com estatísticas que trazem nos bolsos e lançam como quem lança um foguete ou ônibus espacial, à estratosfera, a esperar que tenhamos aqui o mau senso e não o bom senso, de acreditarmos em tudo o que se fala.

Cumprimento Vossa Excelência pela participação que faz, pelo pronunciamento que fez, lastreado em dados, lastreado na verdade, com moderação.

Vossa Excelência colocou muito bem quando falou que não quer fazer conjecturas, que não quer fazer deduções, esperar que realmente fatos nos tragam o que aconteceu e a verdade, todos queremos.

Meus parabéns pelo brilhante pronunciamento que Vossa Excelência fez nesta Casa, e que vai honrar sem dúvida alguma, os Anais desta Assembléia.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado a Vossa Excelência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho)—Consulto a Liderança do PMDB, se irá fazer uso do seu horário.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, cinco minutos para o Deputado Romero Filho; os demais, usaremos.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, o nobre Deputado Romero Filho.

O SR. ROMERO FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Recebemos nesta Casa hoje, a visita dos moradores do intranquilo Bairro Jardim das Nações, Vila Tatuquara.

Sr. Presidente, há questão de um ano atrás, em maio de 1980, entramos com um requerimento nesta Casa, que foi aprovado por unanimidade, a desapropriação deste bairro.

Este povo que está na galeria é ordeiro, como estão vendo. Não faz tumulto, como disse o proprietário de uma imobiliária que se diz dona daquele bairro.

Vejam os senhores que este povo adquiriu os lotes de terra há mais de dez anos, de um vulgo Alcebiades. Adquiriram estes lotes de boa fé, porque achavam que estavam adquirindo para construir suas casas.

Mais de dez anos após a construção de suas residências, apareceu um senhor imobiliário em Curitiba, que se diz dono, proprietário daquela área. Entrou com uma ação na Justiça para despejo do Jardim das Nações, Vila Tatuquara. Despejo esse que está na Justiça do Estado do Paraná.

Mas vejam, Srs. Deputados, que esse povo que adquiriu esses terrenos, que foi um terceiro de boa fé, que existe aqui até a escritura para não dizer que eles não adquiriram o terreno.

Então não foram intrusos, não foram posseiros de uma área, adquiriram e hoje se encontram numa situação das mais calamitosas, porque a imobiliária que se diz proprietária da área, que tem apoio da Justiça do Estado do Paraná, manda policiais, jagunços, quer jogar essas famílias, mais de 80 famílias na rua, na miséria, porque a justiça que é contra os moradores do Tatuquara, muitas vezes favoreceu o grande empresário, a grandes empresa, como acontece no Brasil todo.

Por isso é que hoje entramos com um requerimento, para que a Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná tome providências com aqueles homens que se dizem policiais, para que aqueles homens que vão lá para intranquilizar as famílias do Tatuquara, deixem de ir, para que o Governo do Estado tome providências com a desapropriação, porque vejam, Srs. Deputados . . .

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Comunico a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado e solicito que

conclua sua oração.

O SR. ROMERO FILHO — Obrigado, Sr. Presidente.

A Justiça é contra os moradores de Tatuquara,...

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ROMERO FILHO — Não tenho mais tempo para dar apartes.

A Justiça é contra os moradores do Tatuquara, mas os senhores ...

O Sr. Gabriel Sampaio - só para Vossa Excelência não fazer injustiça com a Justiça.

Vossa Excelência, acho, não conhece bem o assunto.

O SR. ROMERO FILHO — Mas os srs. vejam aqui, este loteamento aprovado em 1979, pelo atual Prefeito Jaime Lerne, havia uma área de 224 mil metros, e aqui na aprovação diz que a Prefeitura teria direito em 10 por cento, 24 mil metros da área; ela recebeu apenas cinco mil metros dessa área e pelo resto, recebeu 11.970 cruzeiros e 45 centavos. Para favorecer o empresário.

Mas, aos proprietários da área, com uma diferença de 19 mil metros, seriam a solução para aquele bairro. O Prefeito que teria condições de receber 24 mil metros, solucionava todo o problema do Tatuquara, com o próprio dez por cento.

Voltarei ao assunto, talvez amanhã, porque meu tempo está esgotado.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas das bancadas da Oposição).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich, nos oito minutos restantes.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós tivemos, por parte da Liderança do PDS, uma manifestação envolvendo pronunciamentos de diversos pronunciamentos.

É o óbvio que, ao longo dos próximos dias, as diversas posições levantadas pelo Líder da Maioria, serão respondidas adequadamente por diversos Srs. Deputados.

Mas não poderíamos neste instante, Sr. Presidente, ao menos evidenciar alguns aspectos que entendemos de suma importância, e até para que o debate continue elevado.

Mas, no fundamental, a Liderança da Maioria, pouco trouxe de efetivo. Em diversos instantes se deslocou e caiu no levantamento de uma questão que estamos cansados já de ouvir, e que a Nação brasileira repudia, que é a indústria do anti-comunismo, para justificar tantas coisas nesta Pátria.

Sr. Presidente, a história costuma cobrar preço elevado por vacilações diante de momentos decisivos, quando somente medidas firmes e corajosas podem impedir o pior.

E é neste aspecto que queremos deixar registrado, ainda neste dia, a nossa manifestação de que o Governo Ney Braga tem sido realmente omisso, nos momentos históricos dos últimos 20 anos, neste País.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Darei aparte na hora oportuna ilustre Deputado, pois quero concluir o meu raciocínio.

É óbvio que são vinte anos em que o "neyismo" se impôs neste Estado.

E qual é o resultado, Sr. Presidente, se nós da Oposição não quiséssemos e não pretendéssemos que viesse Ney Braga prejudicar os atentados do Rio Centro, como os demais, mas temos o direito de exigir, como membros da sociedade paranaense que ao menos se posicionasse oficialmente contra o terrorismo.

E busquem a imprensa e os jornais, as entrevistas dos últimos vinte dias, para ver quando é que o Governador Ney Braga se manifestou. A única coisa que fez, Sr. Presidente,

quando foi assistir à posse do comandante do Terceiro Exército, fez uma referência até muito depreciativa, do que nós condenamos, que são os DOI-CODI.

Ora, Sr. Presidente, insistimos e repetimos: o que queríamos ver é que Ney Braga convocasse a imprensa, o rádio, a televisão e os jornais, e colocasse de plano, de primeiro, e na primeira hora, a favor da sociedade brasileira, dos princípios democráticos contra o terror!

Sr. Presidente, isso não ouvimos, não vimos e não tem no registro recente da história deste País.

É preciso que se deixe claro aqui: a manifestação oficial que tivemos foi através do Secretário da Segurança.

E ora, Sr. Presidente, o que disse o Sr. Secretário da Segurança? Que as denúncias e acusações de envolvimento oficiais das "Forças Armadas" não passam de uma campanha articulada para denegrir a imagem do exército e as instituições de uma forma geral.

Buscando a lógica da Liderança do PDS, eu faço também a minha conclusão: como pode pré-julgar o Secretário da Segurança, dizendo que é uma campanha articulada para denegrir as Forças Armadas.

Está pré-julgando e dizendo que as Forças Armadas estão sendo vítimas de uma campanha.

O Sr. Gabriel Sampaio — Eu respondo a Vossa Excelência, se Vossa Excelência me conceder um aparte.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Darei o aparte se Vossa Excelência entender o Regimento Interno e os dispositivos democráticos dessa minha presença na tribuna, na hora em que o meu arbítrio assim determinar.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência fez uma pergunta e eu quero responde-la.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Vossa Excelência terá oportunidade de responder no resto do dia, nesta Assembléia. "A priori", Sr. Presidente, o Secretário da Segurança faz o seu julgamento, e colocou incisivamente no seu pré-julgamento, de que aqueles elementos envolvidos foram vítimas da violência, foram vítimas do terror.

Ora, Sr. Presidente, nossa posição tem sido, na questão do terror, uma posição muito clara. Ninguém dos Srs. Deputados do PMDB que usaram desta tribuna, em nenhum instante tentou denegrir ou colocar as Forças Armadas num todo, num fosso, da denegrição para tentar prejudicá-la.

O que se disse, Sr. Presidente ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, é perfeitamente regimental, e eu peço escusas ao nobre orador que se encontra na tribuna, mas é regimental a questão de ordem que levanto à Mesa, para uma comunicação que considero urgente ao Plenário, devido ao estado de excitação em que se encontravam diversas pessoas, hoje, aqui, que são exatamente os moradores do loteamento "Jardim das Nações", no Tatuquara.

Eu me comuniquei com o Sr. Secretário da Segurança, e a viatura que lá esteve, os elementos que lá estiveram, intimidando os moradores daquele loteamento, não pertencem à Polícia Civil.

Neste instante, encontra-se lá, no Jardim das Nações, as viaturas do 7.º e 8.º Distritos policiais, com os seus respectivos delegados, para assegurar aos moradores daquela área, garantia e respeito aos seus direitos.

Estas as providências iniciais cabíveis. As demais virão em decorrência da ação dos Srs. Deputados, que já se comprometeram em conjunto, ao tentar trazer alguma solução possível a esses moradores.

Era essa a comunicação. Agradeço a Vossa Excelência e peço escusas e desculpas ao jovem aguerrido, combativo Líder do PMDB, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa registra a comunicação do eminente Líder e desconta o minuto ocupado pela Questão de Ordem levantada.

Continua com a palavra o nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Prossigo, antes dizendo que cabe também à Segurança deste Estado, no episódio do Bairro Tatuquara, que tome todas as providências para apurar quem são os falsos policiais que, se dizendo membros da Milícia deste Estado, procuram intranquilizar a família daquele bairro.

Isso é fundamental como importantíssimo, para se apurar quem, falsamente, está se utilizando de corporação de Segurança deste Estado, para intranquilizar, amedrontar e desassossegear familiares daquele Bairro.

Prossigo no que dizia, Sr. Presidente, nenhum Deputado do PMDB usou esta tribuna, na questão do terrorismo, para ofender as Forças Armadas.

Sempre se fez ressalvas que certos setores militares, que certos militares, efetivamente, estão envolvidos num poder paralelo, verdadeiro quisto que existe dentro do Poder e das próprias Forças Armadas, com o objetivo claro de criar intranquilidade maior e evitar o processo de abertura democrática, neste País.

Sr. Presidente, como voltaremos a este assunto, é preciso dizer com muita clareza, com a firmeza que temos dito, que, em 64, todos sabem que o Governador Ney Braga omitiu-se diante da crise institucional que vivia o País, oscilou entre o respeito à Constituição, entre as forças que apoiavam João Goulart, eleito pelo povo, e o golpe que se arquitetava nos quartéis e nas entidades organizadas, com recursos estrangeiros, muitas delas.

Omitiu-se, sim, num momento decisivo da História, como entendemos que se omitiu neste episódio recente, das bombas do Rio Centro, repito, não porque queremos que viesse prejudicar que fosse atentado da direita ou da esquerda, ou que viesse prejudicar os militares envolvidos, mas que viesse condenar esse ato de barbárie. Isso sim e não vimos isso.

Concluo, Sr. Presidente, num aspecto final, que ouvimos o Líder da Maioria, em seu pronunciamento, de que o Paraná muito deve ao Governador Ney Braga.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este assunto não dá para se esgotar nem hoje, nem num ano.

É preciso fazer, na verdade, com muita clareza, um raio "X" destes últimos 20 anos que tivemos um verdadeiro feudo "neista", neste Estado. E precisamos colocar os ônus sociais que se criaram. Porque se o Governo Ney Braga diz agora e quer se isentar perante a História e os paranaenses, de que precisamos de uma reforma tributária, por que, nos períodos em que teve uma maior liderança, ele se omitiu?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa comunica a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Concluo, Sr. Presidente, trazendo as palavras dos próprios Secretários do Governo, quando eles pretendem repensar o Paraná. Eles que estão fazendo parte destes últimos anos de comprometimento político e social deste Governo? Não admitindo aquilo que já estamos cansados de sentenciar: - que é o fracasso deste modelo que tem agentes como Ney Braga, muitas vezes bionicamente agora como interventor, que coloca em prática essas regras que

causam esses problemas sociais que agora pretendem repensar.

É óbvio, Sr. Presidente, os indícios e as evidências, o problema do Paraná pobre e desarticulado, enganam-se aqueles, na nossa opinião, que dizem que 90 por cento das comunas do Brasil, estão piores do que o Paraná.

Não, Sr. Presidente. Um Estado que perde o que perdeu o Paraná, de habitantes, a cada dia que passa, se encontrando no caos econômico e social, esse Estado precisa ser repensado, mas não dessa maneira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulta a Liderança do PP. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.**— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 181/80, que declara de utilidade pública o “Grupo Espírita Lins de Vasconcelos”, com sede na Cidade de Jandaia do Sul.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 181/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o GRUPO ESPÍRITA LINS DE VASCONCELOS, com sede na Cidade de Jandaia do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 191/80, que declara de utilidade Pública o “Serviço de Assistência Social Bom Samaritano - S.A.S.B.S.”, com sede em Guaratuba.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 191/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BOM SAMARITANO — “S.A.S.B.S.”, com sede e foro na Cidade de Guaratuba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente,
RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 194/80, que declara de utilidade pública o “APAE-Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N.º 194/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS — APAE, com sede e foro na Cidade de Francisco Beltrão.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
RENATO BERNARDI — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 01/81, que declara de utilidade pública a “Sociedade Columbófila de Curitiba”, com sede na Capital do Estado.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 01/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE COLUMBÓFILA DE CURITIBA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 04/81, que declara de utilidade pública o “Teatro de Comédias Dom Bosco - TECOMBO”, com sede na Cidade de Cascavel.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 04/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o TEATRO DE COMÉDIAS “DOM BOSCO” - TECOMBO, com sede na Cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;
RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 09/81, que declara de utilidade pública a “Associação dos Funcionários da Junta Comercial do Paraná”, com sede e foro nesta Capital.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 09/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente,
RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 10/81, que declara de utilidade pública a “Sociedade Pestalozzi de Guaíra”, com sede e foro na Cidade de Guaíra.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N.º 10/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE PESTALOZZI DE GUAÍRA, com sede e foro na Cidade de Guaíra.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 14/81, que declara de utilidade pública a "Associação Representativa dos Usuários Produtores Comerciantes da CEASA de Curitiba - ARUC", com sede e foro em Curitiba.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 14/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO REPRESENTATIVA DOS USUÁRIOS PRODUTORES COMERCIANTES DA CEASA DE CURITIBA — ARUC, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 18/81, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Mamborê, com finalidade de consulta à população para a criação do Município de Juranda.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 18/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita no território do Município de Mamborê, com a finalidade de ser consultada a respectiva população sobre a conveniência da criação do Município de Juranda.

"Ao norte começa na linha das Glebas n.ºs 15 com 22 seguindo pelo Rio Comissário, confrontando com o Município de Goioerê; a Leste, por uma linha seca das Glebas n.ºs 21 e 22, até encontrar o Rio Ronquita, confrontando com o Município de Boa Esperança; a Nordeste, pelo Rio Ronquita, até a cabeceira mais alta, e deste segue por uma linha seca até o Arroio Macherical, confrontando com o Município de Boa Esperança; a Sueste, pelo Arroio Mecherical, Rio Catatamba, Rio Sununu e Rio Goio-Bang, confrontando com o Município de Mamborê, e pelo Rio Goio-Bang, com o Município de Campina da Lagoa; a Oeste, por uma linha seca, confrontando com o Município de Ubitatã; ao Sul, pela estrada velha, Juranda a Ubitatã, confrontando com o Município de Ubitatã e a Oeste, por uma linha seca, com o rumo 009º00' N, confrontando com o Município de Ubitatã, com área aproximada de 10.400 alqueires ou 260,0 quilômetros quadrados."

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de maio de 1.981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;

RENATO BERNARDI — Relator.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/81, oriundo de Parecer ao Projeto de Lei n.º 32/80, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, com a finalidade de consulta à população para a criação do Município de Missal, a ser desmembrado do Município de Medianeira.—

Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 08/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 20/81, (Mens. Govern. n.º 21/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios aqui mencionados, objetivando a aplicação de recursos oriundos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano — CNDU, no Programa Metropolitano de Assistência às populações de baixa renda, nos Municípios citados.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 09/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade, da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 21/81, (Mens. Govern. n.º 22/81), que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Cerro Azul, objetivando a implantação de micro-sistema de água e instalações de saneamento básico, nas localidades de Caraguatá e Mato Preto, do referido município.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 10/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à Ex-Proposição n.º 23/81, (Mens. Govern. n.º 24/81), que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Cerro Azul, objetivando a compra e distribuição de uniformes e material escolar para alunos das primeira quatro séries do ensino de 1.º grau, no referido município.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Gavioli, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Albino Richter, ocorrido nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando licença de 30 dias a fim de poder ausentar-se do País, em missão cultural.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando seja concedida licença pelo período de 30 dias, a fim de desempenhar missão de caráter cultural junto a entidades especializadas no Japão.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 16/81.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, sobre a intensa publicidade do Estado em veículos de comunicação da rede privada.— **Aprovado.**
O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Solicito de Vossa

Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

6 Srs. Deputados o aprovam;

nenhum Sr. Deputado o rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.